



INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA PRIVADA DE BANANEIRAS- PB.

Jasminy Ellany Adelino Rocha¹

RESUMO

O trabalho teve a intenção de analisar como se desenvolve o processo de Inclusão Escolar de crianças com Síndrome de Down em uma escola privada de Bananeiras-PB. Empregou-se uma metodologia qualitativa de investigação, pelo fato de propiciar uma melhor análise reflexiva no aprofundamento dos significados das ações e relações humanas. A princípio, observou-se toda a escola – universo da nossa pesquisa. Em seguida, foi aplicado um questionário aberto aos sujeitos (uma professora das séries iniciais e duas coordenadoras, uma do ensino fundamental I e a outra do fundamental II), com o intuito de extrair destes a compreensão acerca da inclusão das crianças com Síndrome de Down, e saber como ocorre esse processo na escola Educandário Santa Vitória, Bananeiras – PB. A fala das pesquisadas anunciam a preocupação em se atualizarem e ampliarem seus conhecimentos sobre o assunto, reconhecem que na ausência destes, o trabalho fica a desejar, apresentam também uma grande preocupação com a falta de uma equipe multidisciplinar que possa dar apoio clínico e psicopedagógico aos educandos e equipe pedagógica da escola. Pode-se constatar o longo caminho que ainda se tem a percorrer rumo a uma educação inclusiva no Brasil. No entanto, é animador ver alguns passos dados nessa direção. O Educandário Santa Vitória aponta sinais de mudança e comprometimento com a inclusão de todas as pessoas na sua nobre tarefa de educar para a igualdade e justiça social. Fica, portanto, o sonho e o desejo de luta pela inclusão de crianças com Síndrome de Down em todas as escolas desse país. Que garanta não só o acesso, mas a permanência no âmbito escolar, espaço mais adequado para o desenvolvimento do saber científico, que, evidentemente, exige condições mínimas de aprendizagem, tais como: professores capacitados, auxiliares de sala, recursos pedagógicos adequados, apoio da equipe pedagógica da escola e tantas outras questões que não devem ser esquecidas numa sociedade democrática que diz reconhecer em cada cidadão um sujeito de direito.

Palavras-chave: Inclusão, Síndrome de Down, Desafios professor/ coordenador.

INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando um momento que muito se discute sobre a temática inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, na rede de ensino regular. A lei LDBEN 9.394/96 (Lei de



Diretrizes e Bases da Educação Nacional) é bastante objetiva e severa quanto à obrigatoriedade em aceitar e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças.

Por outro lado, é válido ressaltar que não é satisfatório apenas esse acolhimento, mas, sobretudo, que o aluno com deficiência apresente qualidades eficazes de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta maneira, é imprescindível que os sistemas de ensino se instituem para que além de garantir essas matrículas, garantam também à estabilidade de todos os alunos, e condição de ensino.

Compete à escola acolher todos os alunos, os ditos “normais” e os que têm alguma necessidade especial sem que faça distinção alguma, pois muitos são os acontecimentos de todos os tipos de exclusão, algumas, na maioria das vezes, por falta de conhecimento. É o que ocorre com as crianças com Síndrome Down (SD), mesmo diante do avanço de muitos estudos.

Compreendemos que ainda há uma falta de inclusão bastante significativa desta deficiência intelectual, quando nos referimos aos pais, cuidadores e educadores, às vezes, eles nem aceitam qualquer problema e seria quem mais deveriam aceitar e saber sobre o assunto, já que a desinformação acarreta sérios problemas e muitos prejuízos para a criança Down, uma delas é a permanência na escola e conseqüentemente a garantia do direito de aprender.

Como professora sinto na pele a árdua tarefa de lidar com pais que transferem toda responsabilidade da educação dos filhos para a escola e como aluna do curso de Pedagogia, tenho visto, por meio do estágio supervisionado, muitas posturas e práticas docentes assustadoras, principalmente quando se trata de educar crianças com deficiências, vejo que a ausência de leitura dos professores, estudo e conhecimento podem levar a exclusão e sofrimento de muitas crianças. Uma situação que muito me inquieta, portanto, uma das finalidades desse trabalho é tentar contribuir para o debate acerca da Inclusão de Crianças com Síndrome de Down, com o desejo de que as crianças Down sejam inclusas no âmbito escolar e que realmente aprendam. Espero também que esse trabalho possa servir de fonte de consulta para pesquisas futuras

Para tanto, contou-se com a colaboração significativa de autores envolvidos coma temática de inclusão e Síndrome de Down Fátima Alves (2011), José Salomão Schwartzman (2003), Maria Antonieta M. A. Voivodic (2011), Mantoan, Mills Casari, Suad Nader Saad (2003) e contribuintes que colaboraram no esclarecimento deste trabalho científico

Para realização dessa pesquisa, fizemos um levantamento e estudo bibliográfico acerca da temática em questão, bem como um retorno aos referenciais de métodos e técnicas de



verificação a fim de alcançar uma melhor compreensão diante do significado de pesquisa e melhor escolha metodológica para a efetivação dos objetivos propostos.

De acordo com Richardson (et al., 1999), não existe uma única maneira para realizar uma pesquisa. No entanto, é indispensável ter um conhecimento da realidade, elementos fundamentais da metodologia e técnicas de pesquisa, seriedade e, sobretudo, trabalho em conjunto. Para concretização desta pesquisa em especial, preferimos a abordagem qualitativa de investigação, por ser mais apropriado para compreender a natureza de um fenômeno social complexo e único como o da inclusão. Conforme Richardson:

Em geral, as verificações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objetivo circunstâncias difíceis ou extremamente particulares. Os estudos que utilizam uma metodologia qualitativa podem delinear a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar métodos dinâmicos vividos por grupos sociais, colaborar no processo de transformação de determinado grupo e permitir, em maior nível de

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO	SÉRIE
Ana Cláudia B. de Fonte.	Licenciatura em Pedagogia Especialização Em Educação Básica	11 Anos	Maternal
Ruthlene C. Dantas	Licentura em Geografia	07 Anos	Jardim I
Adriana Cristina dos S. Campelo	Licenciatura em Biologia	07 Anos	Jardim II



	Especialização em Ciências Ambientais		
Maria José	Licenciatura Plena em Letras	25 Anos	1º ano
JasminyEllany A. Rocha	Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia	3 Anos	2º ano
Maria do Livramento S. Campelo	Licenciatura em Biologia Especialização em Ciências Ambientais	13 Anos	3º ano
Edinete F. Almeida	Licenciatura em Biologia Especialização em Ciências Ambientais	20 Anos	4º ano
EustáliaKalina S. Barbosa	Licenciatura em Pedagogia	9 Anos	5º ano

profundidade, o entendimento de particularidades da conduta dos indivíduos (1999,p.80)

A pesquisa também está ancorada no estudo de caso pelo fato de ressaltar a interpretação de um contexto caracterizado por distintos pontos de vista. Desse modo, o pesquisador poderá utilizar-se de diversas situações para melhor compreender a manifestação do problema (Ludke; André, 1986). Buscando analisar e compreender os desafios postos aos professores das séries iniciais frente à Inclusão de Crianças com Síndrome de Down em uma escola privada de Bananeiras – PB, foi realizada uma pesquisa na escola Educandário Santa Vitória, localizada na Avenida Presidente João Pessoa, nº 651 bairro, centro na cidade de Bananeiras – PB, inscrito e cadastrado na JUCEP, sob nº 07.622.354/001-17 tem como finalidade a prestação de serviços ministrando Educação Básica nos níveis: Educação Infantil e Ensino Fundamental, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana visando o pleno desenvolvimento



do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, proporcionando condições de progredir no trabalho e em estudos superiores.

A escola está localizada na zona urbana e possui na área circunvizinhas outras escolas públicas e privadas. Fundada no ano de 2006, tendo atualmente 493 alunos matriculados nos turnos manhã, tarde. No período diurno oferece as modalidades de Ensino Fundamental (1ª e 2ª fase). Estes alunos estão distribuídos em turnos: duzentos e oitenta e dois alunos pela manhã e duzentos e onze alunos à tarde. Possui Projeto Político Pedagógico, e segundo a gestora está atualizado, bem como, conta com reuniões bimestrais com os pais. A estrutura física da escola é constituída por treze salas de aulas, uma diretoria, uma secretaria, uma sala de atendimento ao público, uma sala de vídeo, uma biblioteca, uma cantina, um pátio, dezoito banheiros. Os recursos e equipamentos didáticos existentes na escola são: TV, DVD, vídeo, data show, retroprojetor, planetário, mapas geográficos, e jogos educativos, além de um grande acervo livresco.

A maioria dos alunos são cidadãos bananeirenses, mas também atende crianças das cidades de Solânea - PB, Serraria- PB, Belém- PB, Arara- PB e Borborema - PB são crianças vindas de famílias de classe média e alguns bolsistas. O quadro de funcionários é composto por: uma gestora, uma secretária, duas recepcionistas, duas coordenadoras pedagógicas, vinte dois professores, quatro auxiliares de serviços gerais.

Os docentes possuem na sua maioria dez a doze anos de atuação na escola, a formação dos profissionais varia de cursos de licenciaturas e outros possuem especialização. A fim de conhecer melhor as professoras das séries iniciais do turno da tarde (horário de observação e realização da pesquisa – aplicação do questionário) levantei rapidamente algumas informações que podem ser observadas no quadro abaixo.

QUADRO 1 – ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE DOCENTE. Fonte da Escola



Essas são as oito professoras do turno da tarde e duas coordenadoras, uma do turno da manhã e outra do turno da tarde e para a amostra foram selecionadas apenas duas professoras e duas coordenadoras duas do turno da tarde e duas do turno da manhã.

A gestora afirmou que a escola tem como missão garantir uma educação de qualidade através de práticas pedagógicas inovadoras, voltadas para o desenvolvimento das competências básicas dos alunos e uma política de inclusão que valorize a diversidade sociocultural.

Diante desse contexto sentimos a necessidade de aprofundar algumas questões, como:

- Como ocorre o processo da Inclusão Escolar de crianças com Síndrome de Down em uma escola privada de Bananeiras – PB?
- Quais as condições que favorecem ou não no processo de inclusão escolar das crianças com Síndrome de Down na escola Educandário Santa Vitória?
- Como acontece o trabalho docente no processo de inclusão escolar da escola Educandário Santa Vitória?

Para tanto, tentamos percorrer os seguintes objetivos:

Geral

- Analisar como se desenvolve o processo de Inclusão Escolar de crianças com Síndrome de Down em uma escola privada de Bananeiras – PB.

Específicos:

- Verificar como ocorre a inclusão escolar em uma escola da rede privada de Bananeiras – PB.
- Detectar as condições que favorecem ou não no processo de inclusão escolar das crianças com síndrome de down na escola Educandário Santa Vitória.
- Conhecer o trabalho docente no processo de inclusão escolar da escola Educandário Santa Vitória.



Sujeitos da pesquisa

Diante do fator tempo e do imenso número de sujeitos, (22 professores), sendo 08 professoras do turno da tarde, o que tornaria inviável a realização do trabalho, essas e outras razões, muitas vezes, forçam a trabalhar com uma só parte dos elementos que compõem um grupo (RICHARDSON, 1999). Selecionamos, então, uma amostra de duas professoras e duas coordenadoras do ensino fundamental (importante destacar que uma das professoras pesquisadas se recusou a contribuir com a realização desse trabalho), pelo fato de trabalharem diretamente com crianças Síndrome de Down. Portanto, essa amostra, trata-se de uma representatividade do grupo, uma subclasse, então, de forma sucinta levantamos um perfil dos sujeitos da pesquisa. Observemos:

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO
Professora A	40 ANOS	Licenciatura Plena em Letras	25 anos
Coordenadora A	40 ANOS	Licenciatura Plena em Ciências Agrárias / Licenciatura Plena em Pedagogia / Pós graduada em Ed. Básica	13 anos
Coordenadora B	44 Anos	Licenciatura em Geografia e Especialização	20 anos



		em Educação Básica	
--	--	-----------------------	--

QUADRO 2 – PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

2.4 Instrumentos da pesquisa

A observação e o questionário foram utilizados como instrumentos para coleta de dados. Foi aplicado um questionário com as professoras, composto por cinco perguntas, norteado pelo tema: “A inclusão de crianças com Síndrome de Down em uma escola da rede privada de Bananeiras – PB.”

A preferência pela observação justifica-se pelo fato deste método permitir o contato direto com a escola e captar em tempo real os acontecimentos, comportamentos e atitudes que propagam ou não a concretização do trabalho docente. Dito por Ludke e André:

[...] que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, Isto é, o significado que eles atribuem à realidade que o cerca e as suas próprias ações (1986, p. 46).

Para delimitar melhor o foco de nossa investigação, tentando abordar questões específicas acerca da temática, constatamos que o questionário foi de grande valia nesta sistematização. De acordo Gil:

Pode-se definir questionário como um método de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc (1999, p.128).



Os resultados alcançados por meio das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa confirmaram os objetivos do questionário anunciados por Gil (1999).

MARCO TEÓRICO

Um breve histórico acerca da Inclusão

Quando pensamos em inclusão, é importante distinguir que não estamos fazendo referência a um modismo, ou exclusivamente à tendência mais atual na educação. A educação inclusiva não passa a existir por uma eventualidade. É fruto de um período histórico e contempla um sistema social e econômico em transformação. Portanto, para entendê-la necessitamos nos reportar às suas raízes históricas.

De acordo com Mrech (1999), a inclusão tem suas raízes em movimentos anteriores à própria década de 1960 e seus eixos básicos se desenvolveram a partir de quatro vertentes: a emergência da psicanálise, a luta pelos direitos humanos, a pedagogia institucional e o movimento de desinstitucionalização manicomial.

A psicanálise, com as contribuições de Freud e Lacan (1895), comprovou um novo entendimento acerca dos seres humanos. Com os trabalhos realizados por Mannoni (1985), a psicanálise apresentou questionamentos ao conceito de deficiência e a aplicação do modelo médico à criança com deficiência e a busca pela luta para que essas crianças fossem respeitadas, independente de suas limitações.

A batalha pelos direitos humanos deu – se início na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mais precisamente no ano de 1948. Esses direitos foram retomados nos movimentos sociais na década de 1960, quando surgiu no mundo toda a luta pelos direitos humanos destinado a todas as pessoas.

Em consequência da luta pelos direitos humanos, surgiu na França, na década de 1960, a Pedagogia Institucional ou Pedagogia Revolucionária, apresentando uma nova forma de ver a educação

O movimento de desinstitucionalização manicomial proporcionou um novo modo de ressaltar o tratamento dos doentes mentais e trouxe influência decisiva na alteração da cultura nas décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, Mrech afirma que:



Os movimentos de desinstitucionalização e antipsiquiatria proporcionam novas luzes aos processos de atendimento e tratamento dos doentes mentais. Eles revelaram a importância de situações saudáveis para o bom andamento dos sujeitos. Situações onde os doentes mentais não ficassem excluídos dos ambientes comuns. Onde a eles fosse dado o direito de participar de uma forma mais ampla e digna dos contextos sociais comuns (MRECH, 1999, p.22).

O que se tornou claro no campo da saúde também se revelou na educação. A educação inclusiva não traz exclusivamente o momento atual, mas demonstra o problema social em relação a como as pessoas com necessidades especiais tem sido tratadas.

Em meados de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, pais de discentes com deficiência fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens, com o objetivo de reivindicar educação para seus filhos e defender o direito de serem escolarizados em ambientes mais normalizados (cf. SILVA et al., 2002: 5 – 13).

Na década de 1960, nos países nórdicos, passa a existir pela primeira vez o início da normalização aplicado aos deficientes.

A partir de 1968 aconteceu um grande avanço, na Suécia, crianças deficientes passaram a frequentar as classes regulares.

Em 1970, foram criados, nos Estados Unidos, programas educacionais para os deficientes, com o objetivo de conviverem em salas de aulas regulares, com o apoio de vários benefícios complementares. Esses programas foram nomeados mainstreaming.

No período de 1980 e 1990 dar - se início a articulação sobre a inclusão. Segundo Stainback & Stainback (1984), na década de 1980 nasce o propósito de promover uma fundição entre os sistemas de educação regular e especial.

A partir de 1986, o US Department of Special Education and Rehabilitative Services lançou a “Regular Education Initiative” (REI), agrupando ideias de fusão da educação especial e regular sugestão por Stainback & Stainback. O principal objetivo do “REI” era ampliar procedimentos de atendimentos a crianças com deficiência em classes regulares, estimulando a parceria em meio à educação regular e a educação especial.



O movimento de inclusão ganhou novas forças na década de 1990, com a criação de uma Organização Internacional, a “Schools are for Everyone”, composta por membros de vários países, cujo desígnio era promover a inclusão em grande escala mundial.

No Brasil, o movimento de inclusão (cf. MASINI, 2000; 24) é procedente de desiguais influências tais como:

- A Liga Mundial pela Inclusão que nasceu nos países europeus no combate versus a exclusão de pessoas com deficiências que permaneciam isoladas em instituições especializadas com educação de caráter segregacionista.
- A Liga Internacional pela Inclusão do Deficiente Mental, atualmente conhecida como Inclusion International, teve início na Bélgica, estendendo – se pela Europa, África, Indonésia, Índia, Austrália, Hong – Kong e Américas. E passou a existir para que crianças com deficiência mental fossem estimuladas em seu desenvolvimento e pudessem frequentar escolas regulares. Fundamentou-se na compreensão de que, para o desenvolvimento da criança com deficiência mental, o método de aprendizagem social em sala de aula, convivendo com crianças “normais” seria de grande importância no seu processo de aprendizagem.
- Em 1994 foi realizado em Salamanca a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, na qual foi firmado um pacto com a educação para todos, permanecendo definida a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema comum de educação. De acordo com a Declaração de Salamanca, a escola deve inserir todos, reconhecendo a diversidade, e atendendo às necessidades de cada um, promovendo sua aprendizagem.

No Brasil a educação de deficientes iniciou – se em instituições especializadas, nas quais continuavam segregados, ou seja, isolados do convívio com as pessoas normais. Já na em meados de 1950, sob decorrência do que acontecia nos Estados Unidos, deu – se início a um movimento para a integração dos deficientes em escolas comuns. Em 1950, de maneira experimental, foi instalada a primeira sala de recursos em São Paulo para que deficientes visuais estudassem em classes comuns. Essa tendência em busca de uma educação unificada e não segregada expandiu – se com a invenção de outras salas de recursos para a integração do aluno deficiente sensorial e com a criação de classes especiais para alunos com deficiência mental.



Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram programas voltados para a integração escolar da pessoa portadora de deficiência mental. O termo *mainstreaming* foi traduzido no Brasil por integração. No nosso país, a integração escolar, traduziu-se na inserção do aluno com deficiência em classes especiais na escola regular.

A integração escolar tupiniquin adaptada pretendia ampliar o acesso à escola pública ao portador de deficiência, propiciar a diversificação de serviços anteriormente restritos às escolas especiais filantrópicas e, com isso, facilitar uma opção para a modalidade de serviço potencialmente menos segregadora (MENDES, 1999, p.9).

A proposta desse método de integração *mainstreaming* era de consolidar-se dentro de uma extensa gama de recursos educacionais especiais e por isso foi denominado de “sistema de cascata” (GODOY, 1999:39).

Nosso sistema educacional se depara atualmente uma verdadeira integração não planejada ou uma inclusão embrionária. A integração não delineada faz referência à presença de crianças com deficiência na sala de aula comum, sem contribuição especializada e sem planejamento. Isso advém da ausência por motivo de carência e baixa qualidade do atendimento especializado com que a escola regular se torne a única alternativa disponível (cf.ODEH, apud MRECH, 1999).

A Lei nº 10.436/02 adota a Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente legal de comunicação e expressão, determinando que sejam avalizadas formas institucionalizadas de defender seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte complementar do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. A Portaria nº 2.678/02 do MEC confirma diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, abrangendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a indicação para o seu uso em todo o território nacional.

No Brasil a Educação Especial atravessou distintas modificações legislativas e políticas, mas, não foi dada uma aplicação especial por parte de nossos representantes, nem foram disponibilizados recursos suficientes para a educação, de maneira especial



para a Educação Inclusiva, como as instituições especializadas, dentre elas: escolas para cegos, ou escolas para atender pessoas que apresentam deficiência mental, física, auditiva, entre outras. Ressalva-se, a falta de preparo e capacitação de educadores e profissionais da Educação Especial e Inclusiva, para melhor atender e trabalhar com esse público diferenciado.

Vê - se que no Brasil, o acompanhamento das posturas internas se faz através das leis e que as conquistas foram obtidas, entretanto, necessitamos garantir que essas conquistas proclamadas nas leis verdadeiramente possam ser concretizadas na prática do cotidiano escolar, pois o governo não tem alcançado a democratização do ensino, consentindo o ingresso, a estabilidade e o sucesso de todos os alunos do ensino especial na escola regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos dúvidas de que todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade. Contudo, a dúvida que mais inquieta é como construir essa escola inclusiva e de qualidade para todos.

Comprendemos que a educação é a base para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades especiais é também uma maneira de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. No entanto, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e permanecem bem claras quando se observa de forma mais atenta. Afinal, colocar o aluno em sala regular e não atender as suas necessidades, não é inclusão.

Na verdade, a inclusão, não deve ser vista meramente como um fato, mas sim como um processo, que tem suas fases e que necessita ser muito analisado, avaliado em todo o seu decorrer, com responsabilidade e senso crítico.

No caso da criança com Síndrome de Down apesar de sua complexidade, são crianças capazes de aprender, mas para que isso aconteça elas precisam ter na escola um acompanhamento especial, é preciso aplicar uma ação didático-pedagógica direcionada a este aluno, tendo em vista que há um comprometimento no seu desenvolvimento intelectual.



A educação visa melhorar sua vida diária, com seus pares e sua autonomia. Logo, a inclusão deve ser ampla no sentido de atender não só a criança, mas toda a sua família, que precisa de orientação pedagógica e acompanhamento de profissionais da saúde, para que a qualidade de vida tanto da criança quanto de seus familiares seja cada vez mais aprimorada.

Ao término da elaboração deste artigo pode-se constatar o longo caminho que ainda se tem a percorrer rumo a uma educação inclusiva no Brasil. No entanto, é animador ver alguns passos dados nessa direção. O Educandário Santa Vitória aponta sinais de mudança e comprometimento com a inclusão de todas as pessoas na sua nobre tarefa de educar para a igualdade e justiça social. Muito aprendi com esse trabalho, tenho clareza de suas limitações, mas também tenho o desejo de prosseguir com estudos e pesquisas futuras.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de et AL. **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão**. Educação CEIUSFM. Santa Maria (RS), V.32,n2,2007.

ALVES, Fátima. **Para entender Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 1. reimp. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 60 p. : il.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cuidados de saúde às pessoas com Síndrome de Down** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.30 p. : il.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.



BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

Carta para o terceiro milênio de 09 de setembro de 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2010.

Declaração internacional de Montreal de 05 de junho de 2001. Sociedade inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.